



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO Nº. :10580-011938/92-07
RECURSO Nº. :84.496
MATÉRIA :COFINS - EX.: 1992
SESSÃO DE :14 DE NOVEMBRO DE 1996
RECORRIDA : DRF EM SALVADOR/BA
RECORRENTE :AURENKAR COM. DE TRANSPORTES LTDA.
ACÓRDÃO Nº. :108-03.782

COFINS - A contribuição para financiamento da Seguridade Social, instituída pelo art. 1º da Lei Complementar nº 70, de 30/12/91, incide sobre o faturamento das pessoas jurídicas a partir do mês de apuração de abril de 1992.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por **AURENKAR COM. DE TRANSPORTES LTDA.**

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, **NEGAR** provimento ao recurso, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS
PRESIDENTE E RELATOR

FORMALIZADO EM: 28 FEV 1997

PROCESSO Nº. :10580-011.938/92-07

RECURSO Nº. :84.496

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: JOSÉ ANTÔNIO MINATEL, MÁRIO JUNQUEIRA FRANCO JÚNIOR, MARIA DO CARMO SOARES RODRIGUES DE CARVALHO, OSCAR LAFAIETE DE ALBUQUERQUE LIMA, RENATA GONÇALVES PANTOJA e LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA, PAULO IRVIN DE CARVALHO VIANNA.



PROCESSO Nº. :10580-011.938/92-07
RECURSO Nº. :84.496
RECORRENTE :AURENKAR COM. DE TRANSPORTES LTDA.
ACÓRDÃO Nº. :108-03.782

RELATÓRIO

AURENKAR COM. DE TRANSPORTES LTDA., inscrita no CGC sob o nº 14.472.468/0001-93, teve contra si auto de infração lavrado em 18/12/92, em face da constatação feita pelo Fiscal Federal de que a empresa não recolhera a contribuição social sobre o faturamento (COFINS) instituída pelo art. 1º da Lei complementar nº 70/91, relativa ao mês de apuração de abril a outubro de 1992.

Em impugnação tempestivamente apresentada a autuada alega que deixou de recolher a COFINS referente aos períodos citados por entender a exigência inconstitucional.

Em seu extenso arrazoadado, a contribuinte argüi, em síntese, que a cobrança da COFINS fere diversos princípios consagrados em nosso ordenamento jurídico, e conclui que a arrecadação e administração dos recursos da contribuição social caberia ao INSS e não à Receita Federal; que a exigência da COFINS implica dupla incidência sobre a mesma base de cálculo, em face da já existente contribuição para o PIS/PASEP; e que, dada a natureza tributária da COFINS, sua incidência não poderia ser cumulativa.

Consta ainda da impugnação que a empresa teria ingressado em juízo visando lhe fosse reconhecido o direito de não figurar no polo passivo da relação jurídica, sem, contudo, fazer qualquer prova nesse sentido.

Informação fiscal às fls. 36 opinando pela manutenção da exigência.



PROCESSO Nº. :10580-011.938/92-07

RECURSO Nº. :84.496

Decisão de primeiro Grau às fls. 39/42 considerando procedente o lançamento, consoante ementa a seguir transcrita.

**"CONTRIBUIÇÃO PARA FINANCIAMENTO DA
SEGURIDADE SOCIAL.**

E legitimo o lançamento do COFINS vencido e não recolhido.

INCONSTITUCIONALIDADE.

As autoridades e os órgãos administrativos são incompetentes para decidir sobre a constitucionalidade dos atos baixados pelos Poderes Legislativo e Executivo".

Irresignada, interpôs a contribuinte recurso dirigido a este E. Conselho de Contribuintes, onde, basicamente, reitera as razões da inicial.

É o relatório.



PROCESSO Nº. :10580-011.938/92-07
RECURSO Nº. :84.496

VOTO

CONSELHEIRO - MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS - RELATOR

O recurso é tempestivo e, observados os demais pressupostos processuais, deve ser conhecido.

Conforme constou do relato, insurge-se a recorrente contra a cobrança da contribuição Social sobre o faturamento (COFINS), instituída pelo art. 1º da Lei Complementar nº 70/91, por entendê-la flagrantemente inconstitucional.

Ocorre que este Conselho de Contribuintes, como órgão integrante do Poder Executivo tem decidido, reiteradamente, pela ampla maioria de seus membros, no sentido de que lhe falta competência para aquilatar da inconstitucionalidade das leis em vigor.

Não é outro o entendimento do festejado jurista Ruy Barbosa, in "Da interpretação e da aplicação das leis tributárias" (1965, pág 35, citando Tito Rezende):

"É princípio assente, e com muito sólido fundamento lógico, o de que os órgãos administrativos em Geral não podem negar aplicação a uma lei ou um decreto, por que lhes pareça inconstitucional. A presunção natural é que o Legislativo, ao estudar o projeto de lei, ou o Executivo, antes de baixar o Decreto, tenham examinado a questão da constitucionalidade e chegado à conclusão de não haver choque com a Constituição: só o Poder Judiciário é que não está adstrito a essa presunção e pode examinar novamente aquela questão."



PROCESSO Nº. :10580-011.938/92-07

RECURSO Nº. :84.496

Por outro lado, todos os vícios que a recorrente alega padecer a referida contribuição social já foram exaustivamente discutidos pelos ministros do Supremo Tribunal Federal, que, em sessão do dia 1º de dezembro de 1993, apreciando ação declaratória de constitucionalidade proposta pelo então Presidente da República, julgou, por unanimidade, constitucional a cobrança da contribuição social instituída pelo art. 1º da Lei Complementar nº 70/91 (COFINS).

À vista do exposto, nego provimento ao recurso.

Sala das Sessões DF), em 14 de novembro de 1996



MANOEL ANTÔNIO GADELHA DIAS - RELATOR